

05 FEV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

ALOÍSIO DE
TOLEDO CESAR

Um soco na cara de cada um de nós

A primeira página do *Estado* de ontem trouxe uma fotografia bastante significativa, na qual o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, e o petista André Vargas (PR), vice-presidente da Câmara dos Deputados, aparecem sentados lado a lado, na sessão de reabertura do Congresso Nacional.

Naquele momento, quem teve motivos para tapar o nariz foi o ministro Joaquim Barbosa, que engoliu em seco e manteve a postura ante o gesto grosseiro, ofensivo, do petista André Vargas, próprio de quem tem a alma pequena. Realmente, sem o menor respeito pela figura que neste momento talvez seja a mais respeitada do País, Vargas propositadamente levantou o punho para o alto, assim como José Dirceu e José Genoino fizeram no momento em que eram levados para detrás das grades.

Foi tudo o que a sua inteligência permitiu no propósito obscuro de agredir o julgador do mensalão, sem que o autor dessa grosseria percebesse que o seu gesto representava muito mais um tapa na cara do País, e de cada um de nós, e não no ministro, que manteve a frieza e não lhe deu a resposta que muitos de nós gostaríamos de dar naquele momento.

O que quer dizer o gesto de levantar os punhos para o alto, e ameaçar, como fizeram os petistas presos e também muitos outros, nas reuniões do partido? Com certeza, não é para exibir minguados músculos, mas, sim, para demonstrar publicamente que sempre foram e continuam sendo a favor da corrup-

Gesto de André Vargas foi tudo o que a sua inteligência permitiu para agredir Barbosa

ção e do uso de dinheiro público para ser utilizado em seu projeto político de perpetuação no poder, bem como para enriquecer a eles próprios.

Essa expressão “enriquecer a eles próprios” é bastante apropriada, especialmente em relação ao chefe do bando, José Dirceu, que saltou da condição de simples funcionário da Assembleia Legislativa paulista para a de morador de condomínio luxuoso em Vinhedo, além de usufruir avião sempre disponível e finíssimo escritório na Avenida República do Líbano, em São Paulo, onde fazia o trabalho de “assessoria”.

Quando se fala em “bando” não se trata de exagero, mas tão somente daquilo que foi apurado, provado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal, no mais significativo processo de a história de nossa mais alta Corte. Os principais integrantes da quadrilha foram condenados e estão na cadeia, algo que jamais havia acontecido no País quando se tratava de pessoas poderosas e com recursos para pagar os mais caros advogados.

Contra a prova dos autos de nada adiantaram os esforços dos advogados que atuaram no processo do mensalão. Nenhum deles teve êxito em sua defesa, não por falta de competência ou de empenho, mas porque, lamentavelmente para eles, as provas se mostraram robustas e convincentes. Apenas o advogado do petista João Paulo Cunha conseguiu retardar a expedição do auto de prisão de seu cliente, mas por pura sorte,

uma vez que, na correria para entrar em férias e viajar para o exterior, o ministro Joaquim Barbosa deixou de assinar o mandado. E os substitutos Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski escorregaram dessa atribuição, quando o País esperava que fizessem o contrário e eles detinham poder para tanto – justamente na condição de substitutos do presidente da Corte Suprema.

Diante dos esforços do Partido dos Trabalhadores para atacar o ministro Joaquim Barbosa e procurar convencer os brasileiros de que se tratou de um julgamento político, e não ocorreu crime algum, é importante lembrar o projeto de perpetuação no poder que se percebeu na conduta dos petistas desde que um deles se sentou na cadeira de presidente da República, com a caneta na mão.

Em verdade, os petistas gostaram – e gostaram muito – de chegar ao poder, e por isso mesmo resolveram pôr em execução um plano de feição ora populista, ora socialista, para ali se manterem pelo resto de sua vida.

Para tanto tinham necessidade de obter a docilidade dos componentes do Congresso Nacional, sem o que não logriam aprovar as leis que lhes interessavam. Mas como fazer isso sem dinheiro? Curioso, quando dizem que não houve assalto aos cofres públicos, mas tão somente um programa de “auxílio aos partidos”, eles estão certos em parte.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

05 FEV 2014

Só que o programa com dinheiro público, que teria em vista fortalecer os partidos políticos, e dessa forma contribuir para uma democracia melhor, serviu antes de tudo para encher os bolsos de cada parlamentar que se aliava aos petistas e dos próprios petistas envolvidos na conduta criminoso.

Quando José Dirceu, José Genoino, André Vargas e tantos outros levantam os punhos para o alto, sugerindo coragem e determinação, na verdade pretendem demonstrar que a luta deles continua. Mas que luta é essa? Uma luta para acabar com a corrupção no País e para que sempre prevaleçam o dinheiro e a justiça?

Não, o que eles sugerem com esse gesto é que, se puderem, vão continuar a fazer aquilo em que se tornaram especialistas. Em verdade, eles parecem haver gostado de avançar no dinheiro público e distribuí-lo a seu gosto entre os aliados e eles próprios.

Portanto, com o mesmo gesto de punho cerrado pretendem demonstrar que a luta pelo socialismo continua e assim conseguirão, talvez, enganar algumas pessoas. Mas nunca enganarão quem lê jornais e está informado de uma realidade incontestável: a rigor, só restam no mundo dois países verdadeiramente comunistas – um é a Coreia do Norte, aquele horror de ditadura, e o outro é Cuba, infelizmente, encravada social e economicamente pela teimosia do mais longo ditador dos nossos tempos, Fidel Castro.

O namoro da presidente Dilma Rousseff, no momento, é com a ilha cubana. Seria muito bom que ela voltasse os olhos para o oriente e convidasse os comunistas de seu partido para uma vista à Coreia do Norte, e não somente a Cuba, onde faz pesados investimentos.



DESEMBARGADOR APOSENTADO
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE SÃO PAULO. E-MAIL:
ALOISIO.PARANA@GMAIL.COM

05 FEV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Além dos limites

O que se pode esperar de um partido político cujas principais lideranças e, em consequência, sua militância são incapazes de distinguir o público do privado? Os petistas têm extrapolado todos os limites do comportamento democrático e republicano nas manifestações de repúdio à condenação dos mensaleiros pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O desacato ostensivamente praticado pelo petista André Vargas, vice-presidente da Câmara dos Deputados, ao presidente da Suprema Corte, Joaquim Barbosa, sentado a seu lado durante a solenidade de abertura do ano legislativo, mostra mais uma vez que o lulopetismo se considera acima das instituições da República: Joaquim Barbosa representava naquele ato o Poder Judiciário. Não podia ser tratado como um “inimigo” do P1 e provocado pelo parlamentar paranaense com a reiterada exibição de um gesto, o punho cerrado, que se tornou o debochado símbolo de protesto dos mensaleiros encarcerados. Não bastasse isso, Vargas, em mensagens pelo celular, escreveu que gostaria de dar “uma cotovelada” em Barbosa. Ontem, desdisse o que havia escrito.

A companheirada se considera detentora do monopólio da virtude e, nessa condição, autorizada a lançar mão de qualquer meio para cumprir sua missão redentora. Mas, no mundo real, os militantes partidários, mesmo quando investidos de mandato popular ou de autoridade delegada, estão, como toda a cidadania, obrigados a respeitar a lei, as instituições, os procedimentos da convivência democrática. E certamente a desrespeitosa atitude de André Vargas no plenário do Congresso Nacional não foi um bom exemplo, exceto para os correligionários habituados a se comportarem como torcedores de futebol organizados em gangues.

O episódio do mensalão tem oferecido ao lulopetismo todas as oportunidades de demonstrar que o partido, que há quase 35 anos se colocou na cena política com o propósito radical de lutar contra “tudo isso que está aí”, acabou se transformando, depois de chegar ao poder, numa legenda igual ou pior do que todas aquelas que sempre combateu com violência e rancor.

De início, quando denunciado pelo cúmplice deputado Roberto Jefferson, o PT negou a existência de um esquema de compra de apoio parlamentar mediante o pagamento mensal de propina. No auge da repercussão negativa do episódio, Lula declarou que o PT deveria pedir desculpas à Nação. Já no exercício do segundo mandato, passou a se referir ao episódio como uma “farsa” que se dedicaria a desmontar tão logo deixasse o governo. Quando percebeu que o julgamento pelo STF era inevitável tentou, nem sempre com a conveniente discrição, influenciar os ministros. Anunciada a condenação dos criminosos, fingiu-se de morto. Mas desde então trabalha intensamente nos bastidores para criar junto à militância petista uma reação emocional ao julgamento “autoritário e injusto”, para minimizar os efeitos politicamente negativos da prisão da elite petista. E esse trabalho inclui a tentativa de manter mobilizada uma militância frequentemente mal informada e ingênua, fazendo-a crer que é possível a anulação do julgamento.

A estratégia traçada pelo lulopetismo prioriza a “fulanização” da decisão do STF. Não é o colégio de 11 ministros, 8 deles nomeados pelos governos petistas, o responsável pela condenação dos heroicos ex-dirigentes do partido. O culpado é Joaquim Barbosa, o implacável ministro-relator da Ação Penal 470. E para regozijo dos petistas o próprio Barbosa facilita as coisas com reiteradas atitudes impulsivas e inexplicáveis, como a de ter entrado em férias sem assinar a ordem de prisão de João Paulo Cunha.

Foi a deixa para que o deputado dirigisse uma carta aberta ao presidente do STF vazada no caradurismo com que os petistas costumam subverter as evidências em benefício próprio. Cunha refere-se o tempo todo a Joaquim Barbosa como se ele fosse o único responsável por sua condenação. E insiste na falácia de que foi condenado “sem provas”, aleivosia que respinga na ampla maioria de ministros que o penalizou pelos crimes de corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro. Tudo era o que se podia esperar de pessoas que não têm noção de limites.

05 FEV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

'Eu não tenho vontade de dar cotovelada', diz deputado petista

Flagrado mandando mensagem em que falava em dar cotovelada em Barbosa, Vargas diz não haver 'briga' com o STF

Daiene Cardoso
Ricardo Della Coletta
Laís Alegretti / BRASÍLIA

O vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR), negou ontem que tenha vontade de agredir o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa. "Não tenho vontade de dar cotovelada. Algum jornalista criativo inventou esta história num momento de excesso de exposição", disse o deputado petista.

Vargas foi flagrado anteontem no Congresso, durante a cerimônia de abertura do ano legislativo, trocando mensagens de celular com um interlocutor quando estava sentado ao lado de Barbosa. Primeiramente, o petista recebe a seguinte mensagem: "Ele (*Barbosa*) puxou conversa com você?". Vargas responde: "Não". A pessoa pergunta, numa alusão ao deputado João Paulo Cunha (PT-SP): "E aí? Não vai quebrar o gelo não? nem um olá? Pergunta pra ele se vai assinar a prisão do j. paulo?". Vargas então escreveu: "Da uma cotovelada (*sic*)". No mesmo dia, questionado sobre o episódio, o petista disse o seguinte: "Não tenho nada a comentar, mas essa mensagem existe".

Nesse mesmo dia, Vargas causou polêmica ao levantar o braço e cerrar o punho quando estava ao lado de Barbosa. Repetiu, por várias vezes, o gesto feito pelo ex-ministro José Dirceu e o ex-presidente do PT José Genoino quando foram presos em novembro.

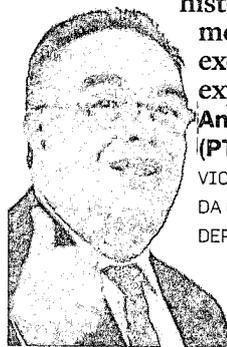
● Explicações

"Não tenho vontade de dar cotovelada (*em Joaquim Barbosa*). Algum jornalista criativo inventou esta

história num momento de excesso de exposição"

André Vargas
(PT-PR)

VICE-PRESIDENTE
DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS



Ontem, Vargas disse que não há "nenhuma briga" com o Supremo. Apenas contesta o que chama de tratamento diferenciado recebido pelos petistas. "O Jefferson, réu confesso, tá aí, sendo tratado com toda a deferência", disse, referindo-se ao fato de o ex-deputado Roberto Jefferson ainda não ter ido para a prisão.

Decoro. Devido às polêmicas de anteontem, o líder do PSDB na Câmara, Antonio Imbassahy (BA), pediu abertura de processo contra Vargas por quebra de decoro parlamentar. O petista reagiu dizendo não acreditar que o pedido seja acolhido. "É um patrulhamento inaceitável", afirmou o deputado petista.

Vargas disse que o presidente do STF "agride" jornalistas e a classe política, mas garantiu que seu gesto na tarde de ontem não foi ofensivo. Segundo o deputado, antes da cerimônia os dois até trocaram cumprimentos.

Sobre o gesto de levantar o braço feito por Vargas, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) afirmou: "Foi uma manifestação pessoal de um parlamentar. Logicamente que foi uma atitude de protesto, o partido e ele estão discordando dos procedimentos do Judiciário. É um direito dele".

05 FEV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

TUTTY

Mal na foto

De punho cerrado no ar ao lado do ministro Joaquim Barbosa na retomada dos trabalhos legislativos, o deputado André Vargas (PT-SP), vice-presidente da Câmara, viveu um dos 15 segundos de fama mais bizarros da história recente do Congresso. Nem no futebol os dirigentes ainda se confrontam daquele jeito provocador e debochado. Injuriado com a condenação dos mensaleiros, Vargas ressuscitou na liturgia política o espírito Eurico Miranda de liderança esportiva.

Justo agora que o ex-presidente do Vasco contratou um marqueteiro para mudar sua imagem de mafioso, o deputado caprichou na pose desafiadora e desrespeitosa que o levou a protagonizar com o presidente do STF a primeira página dos jornais de ontem!

O ministro, que dias atrás foi cobrado por um flagrante dele em companhia de um foragido da Justiça brasileira num bar de Miami, pode agora usar o exemplo do deputado para se explicar: na posição que ocupa, não dá para escolher o paspalhão que tenta sair bem na foto a seu lado.



05 FEV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

TJ manda indenizar por perfil falso no Facebook

A 3.^a Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo condenou o Facebook a indenizar uma usuária que teve um perfil falso criado. A ação foi julgada procedente e condenou-se o site de relacionamentos a indenizá-la em R\$ 8 mil, em primeira instância, mas as partes apelaram. Em segunda instância, os desembargadores entenderam que houve dano e mantiveram o valor.

Justiça decreta morte presumida de Amarildo

A Justiça do Rio de Janeiro declarou ontem a morte presumida do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, que desapareceu após ser levado por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha, na zona sul do Rio, durante operação realizada entre 13 e 14 de julho de 2013. A morte presumida substitui o atestado de óbito e permite à família receber pensão ou indenização pela morte. Dez policiais militares da UPP foram indiciados por tortura seguida de morte e ocultação de cadáver.

05 FEV 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

Dante Mendonça

Nosso "mala" em Brasília

Vira e mexe, entra ministro e sai ministro e, tão certo como o relógio de sol da Farmácia Stellfeld, sempre contamos com pelo menos um ministro paranaense em Brasília. Pena que na bandeira do Estado ainda predomine a figura do ceifador, aquela figura sinistra que decepa a cabeça dos filhos que se destacam.

Os quatro novos ministros empossados pela presidente Dilma foram: Aloizio Mercadante, na Casa Civil; Arthur Chioro, no Ministério da Saúde; José Henrique Paim, no Ministério da Educação; e o paranaense Thomas Traumann, na Secretaria de Comunicação Social.

Nascido em Rolândia, Thomas deixou boas lembranças e bons amigos nos meios jornalísticos, antes de fazer uma brilhante carreira na Folha de S. Paulo e nas revistas Veja e Época. Filho de uma norte-americana e um judeu alemão, estudou jornalismo na UFPR nos anos 1980 e começou sua carreira no jornal O Estado do Paraná, onde passamos bons e bravos momentos na saudosa redação da Vista Alegre das Mercês.

A redação das Mercês não era apenas alegre na paisagem, com panorâmica de Curitiba. Era alegre e galhofeira também em suas brincadeiras internas, principalmente às vésperas do Natal, quando todos os funcionários escolhiam por voto direto o "Mala



Ao lado do juiz, a grosseria do deputado.

do Ano" da redação. Era uma eleição democrática de alto a baixo, quando até o patrão estava sujeito a levar a faixa de "mala".

Poucos deixaram de levar daquela redação que também abrigava esta Tribuna o troféu de "Mala do Ano". Entre eles o atual ministro Thomas Traumann. Curioso e persistente, o moço de Rolândia era um grande repórter e, por consequência, um fuçador que incomodava meio mundo. Inclusive quem estivesse no seu entorno. O que era o caso da maioria dos votantes.

Dos quatro novos ministros, Thomas já fez por merecer - e com o mérito de brilhante aluno,

segundo o professor de jornalismo Hélio Puglielli - o título de "Mala". Agora, numa situação absolutamente vexatória, precisamos escolher o "Mala do ano" de Brasília, em cujo troféu desde já podemos gravar o nome: André Vargas (PT-PR), o grosseiro deputado federal de Londrina que envergonhou os paranaenses ao desprestigiar de forma tão estúpida o ministro Joaquim Barbosa na reabertura do Congresso.

05 FEV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Barbosa assina mandado e João Paulo vai para a prisão

Desde 7 de janeiro, petista aguardava a última formalidade antes da detenção

Ele é o quarto deputado a ser preso no processo do mensalão, que ao todo já levou 18 condenados à cadeia

O deputado João Paulo Cunha (PT-SP) se entregou à Justiça e desde a noite de ontem está no complexo prisional da Papuda, em Brasília, onde cumprirá em regime semiaberto a pena de seis anos e quatro meses a que foi condenado pelos crimes de peculato (desvio de dinheiro público) e corrupção.

João Paulo, que presidiu a Câmara de 2003 a 2005, é o quarto deputado a ser preso no processo do mensalão, que ao todo já levou 18 condenados à cadeia.

Com a prisão do parlamentar, a Câmara terá que definir seu futuro político. A Mesa Diretora da Casa irá se reunir na próxima quarta para avaliar a abertura de processo de cassação contra o petista.

A expectativa é de que o processo seja aberto, mas deve levar pelos menos três meses para ser concluído. O PT já avisou que não vai impedir o início do procedimento que avaliará a perda do mandato.

Antes de se entregar, João Paulo escreveu uma carta entregue aos deputados em que ataca Barbosa, a imprensa e afirma que a “democracia foi vilipendiada”.

O petista diz que vai recorrer a organismos internacionais para revisar seu julgamento, garante que tem “as mãos limpas” e assegura que está disposto a lutar por seu mandato, enfrentando o processo de cassação.

Apesar da declaração, a possibilidade de ele renunciar ao mandato não está descartada, segundo colegas.

A situação de João Paulo estava indefinida desde o dia 7 de janeiro, quando o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, rejeitou dois recursos do deputado e determinou sua detenção. Mas Barbosa saiu de férias sem assinar o mandado de prisão.

Durante o recesso do Judiciário, os ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia passaram pela presidência interina da corte, mas também não assinaram o mandado.

A situação de indefinição foi criticada por vários petistas e pelo próprio João Paulo. Ele disse que Barbosa, ao determinar sua prisão sem assi-

nar o mandado, estaria sendo cruel e que faltava ao ministro “civildade, humanidade e cortesia”.

João Paulo foi considerado culpado pelo STF sob a acusação de ter recebido propina para beneficiar empresas do operador do esquema, Marcos Valério.

Na tentativa de despistar o recebimento de parte dos recursos, segundo a denúncia, ele enviou sua mulher para sacar R\$ 50 mil numa agência do Banco Rural em Brasília. À época, o deputado chegou a dizer que a mulher havia ido ao banco pagar uma conta de TV a cabo.

Além do início do cumprimento de pena, João Paulo ainda aguarda o julgamento de um recurso contra outra condenação que lhe foi imposta no julgamento do mensalão pelo crime de lavagem de dinheiro.

Se a condenação for mantida, será acrescida à sua pena outros 3 anos de prisão. Neste caso, a pena total ultrapassaria os 8 anos e o deputado deixaria o regime semiaberto, quando é possível trabalhar fora do presídio durante o dia —desde que autorizado pela Justiça— e passaria para o regime fechado. (SEVERINO MOTTA, MÁRCIO FALCÃO, MATHEUS LEITÃO E MARIANA HAUBERT)

05 FEV 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

QUEM É JOÃO PAULO CUNHA

- > Deputado federal pelo PT-SP, está no quinto mandato
- > Foi presidente da Câmara de 2003 a 2005
- > Em 2012, foi condenado no STF por envolvimento no mensalão, esquema de compra do apoio político organizado durante o governo Lula



FIM DA LINHA

Deputado condenado no mensalão tem ordem de prisão expedida pelo STF

6 anos e 4 meses

no regime semiaberto é a pena que ele terá de começar a cumprir

CRIMES

- 1 Lavagem de dinheiro (ainda é alvo de recurso no STF)
- 2 Peculato (desvio de dinheiro público)
- 3 Corrupção passiva

O QUE ELE FEZ

Quando era presidente da Câmara, recebeu R\$ 50 mil em propina para contratar agência de publicidade do empresário Marcos Valério, operador do esquema

O QUE ELE DISSE

O dinheiro era para pagar uma pesquisa eleitoral e ele desconhecia sua origem ilícita. Nega irregularidades na contratação da agência e na execução do contrato

PENDÊNCIA

Cumprirá inicialmente apenas as penas referentes aos crimes de peculato e corrupção. A condenação por lavagem de dinheiro (3 anos) é alvo de recurso no STF e pode ser revista

MANDATO

Uma vez preso, a Câmara deverá levar o caso ao plenário para, em votação aberta, decidir se cassa ou mantém o mandato do deputado

05 FEV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria investiga doações a petistas

‘Será que não há um processo de lavagem de dinheiro aqui?’, questionou o ministro Gilmar Mendes, do Supremo

Contas da campanha de arrecadação estão à disposição das autoridades, afirma advogado de Genoio

SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

O Ministério Público está investigando as doações recebidas por petistas para pagar as multas impostas no processo do mensalão.

Conforme a **Folha** apurou, a análise dos procuradores é recente e por isso ainda não há informações sobre o andamento das investigações, nem se foram encontrados indícios de irregularidades.

Ontem o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes cobrou investigações do Ministério Público sobre as doações.

De acordo com o ministro, pode estar havendo lavagem de dinheiro no sistema de arrecadação. “Será que esse dinheiro que está voltando é de fato de militantes? Ou estão distribuindo dinheiro para fazer esse tipo de doação? Será que não há um processo de lavagem de dinheiro aqui? São coisas que nós precisamos examinar”, disse.

Até agora as doações foram feitas para o ex-presidente do PT José Genoio e para o ex-tesoureiro da sigla Delúbio Soares. Juntos, eles receberam cerca de R\$ 1,7 milhão para quitar multas que somam R\$ 1,1 milhão.

66 Será que esse dinheiro que está voltando é de fato de militantes? Ou estão distribuindo dinheiro para fazer esse tipo de doação? Será que não há um processo de lavagem de dinheiro aqui? São coisas que nós precisamos examinar

GILMAR MENDES
ministro do STF

O dinheiro que sobrou será doado para o ex-ministro José Dirceu, que terá de pagar multa de R\$ 971 mil, relativa à sua condenação por corrupção no mensalão.

Já o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) protocolou na Procuradoria-Geral da República um pedido para que as doações fossem investigadas.

Além das suspeitas de lavagem de dinheiro, Sampaio alega que pode estar havendo apologia ao crime porque o PT trata os condenados como “heróis nacionais”.

O advogado de Genoio, Luiz Fernando Pacheco, disse que as contas da campanha estão à disposição das autoridades: “A única lavagem que aconteceu foi da alma dos brasileiros indignados com o julgamento”.

O defensor de Delúbio, Arnaldo Malheiros Filho, disse que todas as doações foram pequenas e estão à disposição da Justiça: “Tudo aconteceu à luz do dia, não há nenhum tipo de irregularidade”.

O deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) criticaram Mendes. Para Sérgio, o ministro atuou “como um líder da oposição pequena”. “Desafio o ministro Gilmar Mendes a mostrar que está proibido [doar]. Acho que ele não conhece a lei”, disse Suplicy.

05 FEV 2014

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

ACORDES & ACÓRDÃOS

José Renato Nalini tomou posse na presidência do Tribunal de Justiça do Estado, anteontem, com concerto regido por João Carlos Martins, na Sala São Paulo. O governador Geraldo Alckmin (PSDB), com a primeira-dama Lu, e o pré-candidato ao governo Alexandre Padilha (PT-SP), com Thássia Alves, foram à solenidade. Também compareceram: o ex-prefeito Gilberto Kassab (PSD-SP), o deputado federal Paulo Maluf (PP-SP), a defensora pública-geral do Estado, Daniela Sollberger, e o poeta Paulo Bomfim.

MÃE ÁFRICA

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, fará novo giro internacional nas próximas semanas. Desta vez, ele vai à África, atendendo a convites de diversos países. Deve passar, entre outros, por Angola, Gana e Moçambique.

PAINEL



Sonhática Observadores atentos registraram: a ministra aposentada do STJ Eliana Calmon cochilou durante a cerimônia que reuniu Marina Silva e Eduardo Campos ontem, em Brasília, para o lançamento do programa de governo do PSB e da Rede.

MÔNICA BERGAMO

OFICIAL

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) e Patrícia Kunder optaram pelo reconhecimento de união estável ao oficializar o relacionamento em um cartório, no fim de janeiro. Declararam que estão juntos desde 2011.

Definiram também que o patrimônio de um não se comunica com o do outro.

05 FEV 2014

FOLHA DE S. PAULO

STF divide inquérito sobre cartel de trens

Investigação sobre secretários de Alckmin acusados de receber propina depende agora de parecer da Procuradoria

Ex-funcionários de empresas estatais e outros suspeitos responderão na Justiça Federal de São Paulo

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Marco Aurélio Mello decidiu ontem dividir as investigações sobre o cartel de empresas acusadas de fraudar licitações de trens em São Paulo durante as administrações do PSDB.

Com a decisão, foram mantidos no STF somente os casos dos três secretários do governo Geraldo Alckmin acusados de receber propina do cartel, Edson Aparecido (Casa Civil), Rodrigo Garcia (Desenvolvimento Econômico), e José Aníbal (Energia), e do deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP). Como são deputados, eles só podem ser investigados com aval do STF.

Ex-funcionários do Metrô de São Paulo e da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) acusados de receber propina e outros suspeitos continuarão respondendo às investigações na primeira instância, na Justiça Federal de São Paulo.

O ministro quebrou o sigilo sobre as investigações, mantendo em segredo informações associadas à intimidade dos investigados, como sigilo bancário e fiscal, e os depoimentos de duas testemunhas que fizeram acordo de delação premiada para colaborar com as autoridades.

A decisão de Marco Aurélio ainda não significa que a investigação dos secretários de Alckmin foi autorizada. Ainda é preciso que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, se manifeste sobre o desmembramento e indique que procedimentos irá solicitar para apurar os fatos.

Atendendo a pedido de Janot, Marco Aurélio também autorizou o envio de parte dos autos para uma sindicância do Ministério Público em São Paulo, que examina a conduta do procurador Rodrigo de Grandis, suspeito de ter atraído as investigações.

Em julho de 2013, a **Folha** revelou que a multinacional Siemens delatou a autoridades antitruste a existência de um cartel em licitações para obras e serviços de manutenção do Metrô e da CPTM.

Documentos da Siemens entregues ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) sugerem que o

cartel foi formado com o conhecimento dos governos do PSDB. A Siemens fez acordo que lhe garantirá imunidade se as denúncias forem comprovadas. Além da Siemens, o cartel envolveria Alstom, Bombardier, CAF e Mitsui.

Em São Paulo, o esquema teria começado em 1998, no governo Mário Covas, e ido até 2008, passando pelos também tucanos Geraldo Alckmin e José Serra. Apesar de a Siemens negar pagamento de propina a políticos, um ex-diretor da empresa, Everton Rheinheimer, deu nomes à Polícia Federal e por isso o caso foi enviado ao STF.

Todos os secretários de Alckmin envolvidos pelo depoimento negam ter recebido propina e dizem que o testemunho do ex-diretor da Siemens é frágil demais para sustentar uma investigação.

O inquérito sobre a Siemens é desdobramento de outro, de 2008, sobre o pagamento de propina pela Alstom a políticos do PSDB.

O caso foi reaberto após a Justiça da Suíça ficar três anos sem resposta do procurador De Grandis, que cuidava do assunto no Ministério Público Federal. Ele afirma ter arquivado o pedido em uma pasta errada.

05 FEV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRE-PR empossa novo Presidente e novo Corregedor

Os Des. Edson Luiz Vidal Pinto e Jucimar Novochadlo
foram empossados respectivamente



Na foto, o novo presidente do Tribunal, Edson Luiz Vidal Pinto e o novo corregedor Jucimar Novochadlo, respectivamente

Em concorrida solenidade realizada nesta segunda (3) o Des. Edson Luiz Vidal Pinto tomou posse como Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, e deu posse ao Des. Jucimar Novochadlo, como Corregedor e Vice-Presidente do Tribunal.

O Des. Edson Vidal Pinto deu início ao discurso de posse com as boas vindas ao Des. Jucimar Novochadlo e agradeceu aos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná que o elegeram como membro do TRE, permitindo que hoje fosse empossado no cargo de Presidente. Saudou também o Des. Rogério Coelho, pelo inestimável apoio que nunca faltou e permitiu-lhe cumprir todo o trabalho de correição nas zonas eleitorais da capital e do interior do Estado.

O novo Presidente do TRE-PR, falou em seu discurso de posse, primeiramente, aos dirigentes partidários conscientizando que “a Justiça Eleitoral indormida, atuante e célere não se apieda e nem se deixa ludibriar pela atuação afrontosa à lei e não olvidem destas palavras se não quiserem colher amanhã dissabores e surpresas”, alertando que “o povo consciente e trabalhador exige dos políticos eleitos dignidade, honradez e esperança de melhores dias e de melhores remédios para o País”, arrematando que o Tribunal “abre suas portas para dialogar com todos os partidos, todos os políticos, sem distinção de bandeiras ou cores partidárias para que as eleições deste ano sejam menos conflituosas”.

Em seguida conclamou aos eleitores para que “não fiquem com os ouvidos moucos e nem permaneçam inertes, levantem as bandeiras verde e amarela, acompanhem atentamente cada pronunciamento político e partidário, saibam escolher seus candidatos e não se deixem levar pela lábia estelionatária daqueles que tem fala fácil, mas que são malévolos porque fazem do dinheiro público e das oportunidades dos cargos mercadorias para suas ambições e satisfações pessoais”.

05 FEV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ: Copel pode seguir com licitação relativa à obra da hidrelétrica de Colider (MT)

A Copel Geração e Transmissão S/A conseguiu no Superior Tribunal de Justiça (STJ) a suspensão de uma decisão da Justiça de Mato Grosso que a impedia de prosseguir com a licitação destinada à contratação de mão de obra relativa à Usina Hidrelétrica de Colider (UHE Colider). A concorrência trata da retirada de vegetação e limpeza da área onde será formado o reservatório da usina, no norte do estado. A decisão é do ministro Gilson Dipp, vice-presidente do Tribunal, e foi tomada no dia 30 de janeiro, quando ele estava no exercício da presidência.

Inicialmente, o município de Itaúba (MT) ingressou com ação cautelar contra a Copel, pedindo a suspensão da licitação. Em 13 de dezembro de 2013, foi deferida liminar para que a empresa suspendesse a licitação, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil. O juiz local entendeu que o desmatamento da área provocaria dano ambiental considerável, desestruturação dos serviços municipais pelo grande fluxo de pessoas e risco de epidemias e doenças decorrentes da retirada da vegetação.

A Copel pediu a suspensão de liminar no Tribunal de Justiça de Mato Grosso, mas não teve sucesso. A empresa, então, buscou a suspensão no STJ. Sustentou que há regularidade nas licenças ambientais da obra e juntou "farta documentação" em que refuta ponto a ponto as alegações do município relacionadas aos subsídios financeiros a ele destinados e ao programa de vigilância de epidemias.

05 FEV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF4: Passo Fundo ganha Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

A Justiça Federal de Passo Fundo (RS) celebrou, na manhã de ontem (4/2), a inauguração de seu centro especializado na prática da conciliação. Em solenidade conduzida pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), desembargador Tadaaqui Hirose, foi instalado o décimo-terceiro Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscon) do estado. O diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (SJRS), juiz José Francisco Spizzirri; o coordenador-geral do Sistema de Conciliação da JF da 4ª Região (Sistcon), desembargador federal João Batista Pinto Silveira, e o coordenador do Cejuscon, juiz Rodrigo Becker Pinto, também estiveram presentes.

Becker Pinto destacou a mudança de paradigma provocada pelo uso crescente de soluções autocompositivas de litígios. "A Justiça não se realiza apenas na cabeça do juiz, no gabinete, ou no ambiente

de uma vara federal. A Justiça Federal é composta por todos aqueles que aqui atuam, incluindo magistrados, servidores, estagiários, partes, advogados públicos e privados. O Cejuscon é um instrumento para esse protagonismo, porque os atores principais do processo, que são as partes e procuradores, vêm para o fórum e resolvem efetivamente o conflito", disse.

O presidente do TRF4 lembrou que a resolução da lide pela sentença era considerada a única possibilidade até pouco tempo atrás. "Sou dos velhos tempos em que o único momento em que o juiz estadual era obrigado a tentar a conciliação era nos casos de desquite. Isso mostra a evolução no Judiciário, especialmente no âmbito federal. Há alguns anos atrás, tinha-se como verdade absoluta que o poder público não poderia realizar acordos. Hoje, nós estamos inaugurando mais um centro especializado em conciliação", encerrou.

05 FEV 2014

GAZETA DO POVO

**Notas
Políticas**

Recadastramento no TJ

O Tribunal de Justiça do Paraná fará um recadastramento das lotações de todos os servidores entre os dias 10 e 12 de fevereiro. Segundo o tribunal, o recadastramento ocorre em cumprimento ao Decreto Judiciário nº 2324/2013, que dispõe sobre a implantação do controle eletrônico de frequência para eliminar o processo físico.

05 FEV 2014

GAZETA DO POVO

Entrelinhas

App protetor

As denúncias anônimas de violência contra crianças e adolescentes agora também podem ser feitas pelo aplicativo "Proteja Brasil". Lançado no fim do ano passado para apontar locais que recebem denúncias em cada uma das cidades-sede da Copa do Mundo, o app está disponível para iOS e Android. Outros canais de denúncia são os telefones 181, do programa estadual criado para combater a violência contra criança, e o 100 – Disque Direitos Humanos.

NOTAS POLÍTICAS

Investigação dividida

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello dividiu as investigações sobre o cartel de empresas acusadas de fraudar licitações de trens em São Paulo durante as administrações do PSDB. Com a decisão, foram mantidos no STF somente os casos dos três secretários do governo Geraldo Alckmin acusados de receber propina do cartel, Edson Aparecido (Casa Civil), Rodrigo Garcia (Desenvolvimento Econômico), e José Aníbal (Energia), e do deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP). Como são deputados, eles só podem ser investigados com aval do STF.

União estável

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de 82 anos, formalizou no fim de janeiro união estável com sua companheira Patrícia Kundrát, 36 anos. A união, divulgada ontem pela imprensa, foi tratada com por FHC com muita discrição.

05 FEV 2014

GAZETA DO POVO

João Paulo Cunha

é preso por envolvimento no mensalão

Ex-presidente da Câmara é o quarto deputado a ser preso. A Casa terá agora de definir o futuro político do condenado, que decidiu não renunciar ao mandato

■ O deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP) foi preso ontem por sua condenação no processo do mensalão. Antes de se entregar no Complexo da Papuda, em Brasília, por volta das 19h30, ele divulgou uma carta com ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente ao presidente da corte, Joaquim Barbosa.

João Paulo, que presidiu a Câmara de 2003 a 2005, é o quarto deputado a ser preso no processo do mensalão, que ao todo já levou 18 condenados à cadeia. Diferentemente dos outros três deputados que foram presos, João Paulo decidiu não renunciar e vai enfrentar o processo de perda de mandato, que pode ser aberto na próxima semana.

João Paulo foi condenado definitivamente a 6 anos e 4

meses de prisão por peculato e corrupção por irregularidades no contrato da Casa com a agência de publicidade SMP&B, de Marcos Valério, preso desde novembro; e pelo recebimento de R\$ 50 mil que teria como objetivo beneficiar a empresa na licitação. Ele ainda foi condenado a mais 3 anos de prisão por lavagem de dinheiro por ter usado sua mulher para sacar os recursos no Banco Rural, mas terá direito a uma nova análise desta sentença por meio de embargo infringente. O deputado começará a cumprir pena no regime semiaberto.

O trânsito em julgado das condenações foi decretado por Joaquim Barbosa em 6 de janeiro, no seu último dia de trabalho antes das férias. Os ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia, porém, não assinaram o mandado de prisão durante o recesso do Judiciário, o que motivou críticas de Barbosa. Relator do processo, o presidente do STF determinou somente ontem a expedição do mandado.

Defesa

Na carta divulgada ontem, o deputado lembra ter sido salvo pelos colegas em outra ocasião e destaca ter sido eleito duas vezes depois da divulgação do caso. Ele

descreve ainda o julgamento como um "show midiático", diz que pedirá revisão criminal e que levará o tema a organismos internacionais. Faz ainda uma série de ataques a Barbosa. "Um presidente do STF que trata um réu como se estivéssemos na idade média, tentando amordaçá-lo e desprezando provas robustas de sua inocência, presta um desserviço ao aperfeiçoamento das instituições democráticas do país", afirma.

João Paulo está entre os presos que podem ser direcionados para um regime de pena mais grave, no caso o fechado, após o julgamento dos embargos infringentes. Se for mantida a sua condenação por lavagem de dinheiro, ele perderia o direito a semiaberto. O mesmo aconteceria com Dirceu e Delúbio, que terão nova análise das condenações por formação de quadrilha. Os embargos infringentes, tidos pelas defesas como uma oportunidade de novo julgamento, não têm data ainda para serem analisados.

05 FEV 2014

GAZETA DO POVO

QUESTIONAMENTO

Gilmar Mendes quer que MP investigue doações a petistas

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes cobrou ontem a abertura de uma investigação pelo Ministério Público para apurar o processo de arrecadação de dinheiro para pagamento de multas impostas aos condenados no processo do mensalão. "E se for um fenômeno de lavagem? De dinheiro mesmo de corrupção?", indagou. "Será que não há um processo de lavagem de dinheiro aqui?" Provocado por jornalistas para falar sobre o fato de o vice-presidente da Câmara, André Vargas (PT-PR), ter sugerido que gostaria de dar uma cotovelada no presidente do STF, Joaquim Barbosa, Gilmar Mendes disse: "Se a gente aprender a ler sinais, vai ver que está muito esquisito", disse. Segundo ele, há um discurso de julgamento político. "Que um eventual condenado tente descharacterizar a legitimidade da condenação, é compreensível. Agora, daí, outros setores, a gente tem de ficar desconfiado."

Facilidade

Em seguida, Mendes deu demonstrações de que desconfia do processo de arrecadação de dinheiro para pagamento das multas que, segundo ele, ocorreu "com grandes facilidades". "Se a gente olha coleta de dinheiro, esse tipo de manifestação, serviço num hotel que pertence a alguém no Panamá por R\$ 20 mil (oferta de emprego recebida pelo ex-ministro José Dirceu)... se a gente soma tudo isso, há algo mais no ar do que avião de carreira. Está estranhíssimo", disse. O ex-deputado federal José Genoino conseguiu arrecadar mais de R\$ 700 mil e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, mais de R\$ 1 milhão. "Essa dinheirama. Será que esse dinheiro que está voltando é de fato de militantes? Ou estão distribuindo dinheiro para fazer esse tipo de doação?", perguntou. "O Ministério Público tem de olhar isso", cobrou. "Não é um fato corriqueiro. Há algo de grave nisso. E precisa ser investigado."

R\$ 1 MILHÃO

é o valor arrecadado em doações pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. O valor será utilizado para pagar a dívida imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O ex-presidente do partido José Genoino conseguiu R\$ 700 mil.

R\$ 20 MIL

é o valor do salário do primeiro emprego oferecido para o ex-ministro José Dirceu, quando ele foi preso. O cargo seria de gerente de hotel e o o trabalho não foi autorizado pelo Judiciário.

05 FEV 2014

GAZETA DO POVO

PSDB entra com processo contra Vargas; Alves defende o petista



Ao lado do presidente do STF, Joaquim Barbosa, o deputado federal André Vargas (PT) faz gesto adotado pelos políticos presos no processo do mensalão.

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), saiu em defesa de seu vice, André Vargas (PT-PR), que fez provocações ao presidente do STF, Joaquim Barbosa, na segunda-feira, durante a reabertura dos trabalhos do Congresso.

O PSDB representou contra Vargas no início da tarde de ontem na Corregedoria. “Não acho que tem essa dimensão. Você pode discutir se foi gentileza ou não se foi cordialidade ou não, mas não tem essa dimensão de quebra de decoro parlamentar”, disse.

Ele completou: “Acho que foi uma atitude de protesto. Ele e o partido vêm discordando dos procedimentos do Judiciário. Está no direito deles”.

Um dos principais críticos do julgamento do mensalão, Vargas repetiu por diversas vezes, no plenário da Câmara, o gesto de erguer o punho cerrado, que foi adotado pelo ex-presidente do PT José Genoíno e o ex-ministro José Dirceu no momento de suas prisões. O petista estava sentado ao lado de Barbosa na mesa da cerimônia.

Em uma troca de mensagens revelada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Vargas

ainda sugeriu que gostaria de dar “uma cotovelada” no ministro.

No ofício encaminhado ao corregedor Átila Lins (PSD-AM), o líder do PSDB, Antonio Imbassahy (BA), relata “suposta prática de infração ética e de prática de eventual ato atentatório ao decoro parlamentar” de Vargas. “Essa atitude, a toda evidência, constitui um desrespeito à autoridade que se encontrava na dependência desta Casa e com a qual o deputado manteve contato no exercício da atividade parlamentar e na condição de primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados”, ressalta o ofício.

“Foi um gesto provocativo jamais visto. Ele não estava ali apenas como deputado, mas estava como vice-presidente da Câmara, representando a instituição. Além do gesto [punho cerrado erguido], teve essa troca de mensagem insinuando a cotovelada. Inaceitável essa postura depõe contra o Congresso”, completou o deputado.

Defesa

Vargas reagiu. O deputado disse não acreditar que o pedido seja acolhido e afirmou que não aceitará “patrulhamento ideológico” do PSDB. “É um patrulhamento inaceitável”, disse o petista.

O petista confirmou a troca de mensagens, mas afirmou “não ter vontade de dar cotovelada em ninguém”.

Segundo Vargas, o presidente do Supremo trata os petistas condenados de forma mais “severa” que outros condenados. “O Jefferson, réu confesso, tá aí, sendo tratado com toda a deferência”.

Apesar disso, o deputado disse que, antes da cerimônia, ele e Barbosa trocaram cumprimentos de forma “decente”.

05 FEV 2014

GAZETA DO POVO

**Coluna
do leitor**

André Vargas 1

O deputado André Vargas cometeu uma indelicadeza com o ministro do STF Joaquim Barbosa (**Gazeta**, 4/2). O fato de o país ser democrático não o autoriza a ser mal educado com os outros. O deputado foi eleito pelos paranaenses para representar o estado. Felizmente não votei nele, pois se o tivesse feito, estaria arrependido pela falta de compostura desse político. Por isso o Congresso está cada vez mais desacreditado pela população.

Helio Ishida

André Vargas 2

Que forma degradante e de baixo nível mostrou nosso representante do Paraná. Ele foi eleito por nós paranaenses para defender os interesses do estado. Se o nobre deputado gostaria de agredir o ministro do Supremo com uma "cotovelada", então que marque uma luta de MMA.

Luciano Atamanzuck

05 FEV 2014

GAZETA DO POVO

» DESAPARECIDO

Justiça declara morte presumida de Amarildo

A Justiça do Rio acatou o recurso apresentado pela mulher e pelos filhos do pedreiro Amarildo Dias de Souza e declarou a morte presumida dele, que está desaparecido desde o ano passado. A decisão dos desembargadores da 5ª Câmara Cível foi unânime, divulgou ontem o Tribunal de Justiça. Em primeira instância, a Justiça havia negado o pedido da família do pedreiro. Na ocasião, o juiz responsável afirmou que “o desaparecimento teria ocorrido quando Amarildo se encontrava em poder de agentes do estado, o que, por si só, não geraria perigo de vida. Não foi noticiado qualquer confronto armado, perigo real que justifique a declaração de morte presumida do mesmo”. Amarildo desapareceu após ser levado por policiais militares durante uma operação na favela da Rocinha, realizada em 14 de julho de 2013. A declaração de morte presumida abre um caminho para que a família do pedreiro possa pedir uma indenização ao estado.

05 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Ato de Vargas não tem dimensão de quebra de decoro, diz Alves

Brasília - O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), saiu em defesa de seu vice, André Vargas (PT-PR), que fez provocações ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, durante a reabertura dos trabalhos do Congresso. O PSDB representou contra Vargas no início da tarde de ontem na Corregedoria.

“Não acho que tem essa dimensão. Você pode discutir se foi gentileza ou não se foi cordialidade ou não, mas não tem essa dimensão de quebra de decoro parlamentar”, disse. E completou: “Acho que foi uma atitude de protesto. Ele e o partido vêm discordando dos procedimentos do Judiciário. Está no direito deles”.

Um dos principais críticos do julgamento do mensalão, Vargas repetiu por diversas vezes, no plenário da Câmara, o gesto de erguer o punho cerrado, que foi adotado pelo ex-presidente do PT José Genoino e o ex-ministro José Dirceu no momento de suas prisões. O petista estava sentado ao lado de Barbosa na mesa da cerimônia.

Em uma troca de mensagens pelo celular revelada ontem pelo jornal “O Estado de S. Paulo”, Vargas ainda sugeriu que gostaria de dar “uma cotovelada” no ministro. A mensagem foi confirmada pela assessoria do petista.

Vargas ainda tentou fazer um ‘selfie’ tirar uma foto de si mesmo enquadrando Barbosa ao lado e fez vídeos durante a cerimônia. O PSDB argumenta que Vargas feriu o Código de Ética da Câmara que determina “tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadão com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento”.

“Fiquei estarelecido, chocado. Foi inacreditável”, disse o líder do PSDB, Antônio Imbassahy (BA). “Foi um gesto provocativo jamais visto. Ele não estava ali apenas como deputado, mas estava como vice-presidente da Câmara, representando a instituição. Além do gesto (punho cerrado erguido), que fica no simbolismo, teve essa troca de mensagem insinuando a cotovelada. Essa postura depõe contra o Congresso”, completou.

05 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Punho cerrado merecia palmadas

Na abertura dos trabalhos do Congresso, e na presença do presidente do STF, Joaquim Barbosa, o deputado federal André Vargas (PT-PR) repetiu o gesto que marcou a prisão de seus "companheiros", erguendo o punho cerrado. Pois, pegou muito mal. O ridículo desrespeito às instituições e protocolos da Casa que ele chamou de "sua" ("nossa Casa"), beira a infantilidade e mereceria uma reprimenda à altura. Não fosse o suficiente, emulando o aluno em sala de aula que tenta pregar uma peça no coleguinha, sacou uma foto da cadeira vazia do ministro Barbosa, e postou em seu perfil no Instagram, perguntando: "Joaquim sumiu?". Inobstante seu acesso juvenil, o deputado nos mostra mais um pouco do espírito de seu partido, que cultua criminosos como heróis. O que a população brasileira considera crimes, para o partido do deputado não passaram de percalços a serem superados na busca de uma nova sociedade, mais justa e igualitária. Sociedade esta que terá neste partido, seu guia e comandante maior. E o pior é assistir outras pessoas repetindo o gesto do deputado e dos mensaleiros. Deus nos ajude.

JOÃO PAULO S. ITIMURA YAGUIN (advogado) - Londrina

Gesto de Vargas

Lamentável o desrespeito do deputado federal André Vargas (PT-PR) para com o STF, representado pelo ministro Joaquim Barbosa. Se a intenção dele é aparecer, acredite conseguiu sim demonstrar o quanto é patético. Quer aparecer para o eleitor e tentar sua reeleição? Então, trabalhe para os interesses do Brasil e não contra como foi com a PEC 37; a instalação de outdoors pela cidade demonstrando o que fez, que não é mais do que sua obrigação e que está ganhando muito bem para isso; e muito menos posar de advogado de defesa dos criminosos do mensalão, usando o seu tempo, expediente e estrutura da Câmara.

JOSÉ ROBERTO BRUNASSI (advogado) - Londrina

05 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Sai mandado de prisão e Cunha se entrega na Papuda

Brasília - O deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP) foi preso ontem por sua condenação no processo do mensalão. Antes de se entregar no presídio da Papuda, em Brasília, por volta das 19h30, ele divulgou uma carta com ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente ao presidente da Corte, Joaquim Barbosa. Diferente dos outros três deputados que foram presos, João Paulo decidiu não renunciar e vai enfrentar o processo de perda de mandato, que pode ser aberto na próxima semana.

Presidente da Câmara entre 2003 e 2004, o deputado foi condenado definitivamente a 6 anos e 4 meses de prisão por peculato e corrupção por irregularidades no contrato da Casa com a agência de publicidade SMP&B, de Marcos Valério, preso desde novembro, e pelo recebimento de R\$ 50 mil que teria como objetivo beneficiar a empresa na licitação. Ele ainda foi condenado a mais 3 anos de prisão por lavagem de dinheiro por ter usado sua mulher para sacar os recursos no Banco Rural, mas terá direito a uma nova análise desta sentença por meio de embargo infringente.

O deputado começará a cumprir pena no regime semiaberto. O trânsito em julgado das condenações foi decretado por Joaquim Barbosa em 6 de janeiro, no seu último dia de trabalho antes das férias. Os ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia, porém, não assinaram o mandado de prisão durante o recesso do Judiciário, o que motivou críticas de Barbosa. Relator do processo, o presidente do STF determinou somente ontem a expedição do mandado.

A prisão de mais um petista ocorre em um cenário de conflitos entre o partido e o STF. O partido tem feito a defesa pública dos condenados, com militantes trabalhando na arrecadação de recursos para o pagamento das multas impostas a condenados. E o conflito deve se arrastar diante da decisão de João Paulo de defender a manutenção de seu mandato. A Câmara vai agora decidir sobre a abertura de um processo de cassação, enquanto o STF se posicionou em 2012 no processo defendendo que a perda de mandato é automática.

05 FEV 2014

METRO

Após 28 dias de espera, João Paulo Cunha é preso

Mensalão. Deputado cumprirá pena de 6 anos e 4 meses de prisão na Papuda. Cassação de mandato será discutida na próxima semana

Passados 28 dias do fim do processo no STF (Supremo Tribunal Federal), João Paulo Cunha (PT-SP) teve, enfim, a prisão decretada ontem. O deputado se entregou diretamente no Complexo Penitenciário da Papuda, onde cumprirá inicialmente pena de 6 anos e 4 meses de prisão por corrupção ativa e peculato, no regime semiaberto. O ex-presidente da Câmara ainda aguarda o julgamento de um recurso que pode acrescentar 3 anos de prisão pelo crime de lavagem de dinheiro.

A demora no início do cumprimento da pena foi causada pelo presidente do STF, Joaquim Barbosa, que concluiu o processo em 7 de janeiro, mas saiu em férias sem assinar a ordem de prisão.

Carta aberta

Após receber o mandado de prisão, João Paulo divulgou uma carta aberta dizendo que vai cumprir a 'absurda e injusta pena' e com críticas a Barbosa. "Um ministro do STF deve guardar recato, não deve disputar a opinião pública e fazer política a partir de seu cargo. Deve ser isento e imparcial. Ter civilidade e cortesia. Atributos que estão ausentes na postura e conduta do relator", escreveu, adiantando que a defesa pedirá revisão criminal de todo o processo.

Pressão pelo mandato

Antes de se entregar, o petista mantinha a intenção de manter o mandato. Entraria com um pedido na VEP (Vara de Execuções Penais) para ter direito a sair do presídio e traba-

lhar na Câmara durante o dia.

O PT pressiona para que João Paulo siga o exemplo dos demais condenados - José Genoíno (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT) - e renuncie ao mandato para evitar maiores desgastes políticos ao partido.

Notificada ontem à tarde, a Câmara marcou para a próxima quarta-feira a reunião da Mesa Diretora para a abertura do processo de perda de mandato. O caso será levado ao Conselho de Ética e, na sequência, irá para votação do plenário, em votação aberta.

A oposição pressiona para que a cassação de mandato seja feita automaticamente.

05 FEV 2014

METRO

Multa. Mendes suspeita de doações aos condenados

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes vê indícios de lavagem de dinheiro nas doações feitas aos condenados do mensalão filiados ao PT e pede apuração do Ministério Público. "Está tudo muito esquisito. Ocorre com muita facilidade. Essa dinheiro, será que é de fato de militantes? E se for um fenômeno de lavagem?", questionou o ministro.

Por meio de sites, o ex-deputado José Genoíno (PT-SP) e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares arrecadaram R\$ 1,7 milhão, acima do R\$ 1,1 milhão aplicado de multa. Delúbio, por exemplo, conseguiu arrecadar R\$ 600 mil em um dia.

O PT afirmou que todas as doações estão identificadas e que tem como apresentar os documentos que comprovam a legalidade dos depósitos.

O ex-ministro José Dirceu e João Paulo Cunha também terão sites de arrecadação de doações. ☞

05 FEV 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Gilmar Mendes pede investigação do dinheiro arrecadado para pagar multas



Gilmar Mendes considerou 'muito esquisito' a arrecadação petista

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu nesta terça-feira (4) a investigação, pelo Ministério Público, da origem do dinheiro doado para o pagamento de multas impostas a alguns dos condenados na Ação Penal 470, o processo do mensalão.

Para pagar as multas, o ex-deputado federal

José Genoíno (SP) e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares fizeram campanhas na internet e criaram sites próprios para receber doações de amigos e apoiadores do partido para conseguir arrecadar os valores.

Genoíno quitou a dívida de R\$ 667,5 mil e Delúbio pagou R\$ 466,8 mil. Ambos arrecadaram mais que o valor que ti-

nam de pagar. O prazo ainda para o pagamento ainda será definido.

Gilmar Mendes considerou "muito esquisito" o fato de os condenados terem conseguido arrecadar rapidamente os valores.

OAB vai acompanhar situação nas prisões

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai acompanhar a situação dos estabelecimentos prisionais brasileiros com maior rigor e de forma permanente. Com a criação da Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário, cujos membros foram empossados na manhã de ontem, a OAB promete não só vistoriar as prisões para verificar o cumprimento da Lei de Execuções Penais e fiscalizar a aplicação de recursos públicos, mas também denunciar os estados que não garan-



O presidente da OAB explicou os objetivos do grupo

tirem aos presos assistência jurídica, segurança,

uma ocupação e condições de se reintegrarem à sociedade.

"Vamos abrir uma pasta de monitoramento permanente para cada estabelecimento. Assim, teremos informações mensais, atualizadas por um programa de computador, para demonstrar à sociedade o que aconteceu em uma unidade prisional no período, as obras que estão sendo executadas, os recursos que estão sendo aplicados", informou o presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho.